

## A batalha das palavras (II): esse tal “colaborador”

**Gabriel Schütz**

[Doutor em Saúde Pública. Professor da UFRJ  
Universidade Federal do Rio de Janeiro]

Na luta pela hegemonia entre o capital e o trabalho, as batalhas se livram em diferentes arenas. Nesta coluna nos ocupamos especificamente da disputa pelo significado das palavras, um litígio que não deve ser menosprezado, uma vez que através da linguagem são geradas as visões de mundo, as construções de sentido e de subjetividades que naturalizam condições sociais injustas, legitimando-as.

Como dizia o ativista negro norte-americano Malcolm X: *“Se você não for cuidadoso, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo.”* Não adianta lamentar o resultado das eleições quando se impõem projetos reacionários, autoritários, anti-direitos sociais, como também de nada valem as explicações simplistas que projetam no coletivo a falta de consciência de classe; nem a responsabilização da alienação midiática que constrói o “pobre de direita” que sabota seus próprios interesses: se os adversários conseguem impor a sua cosmovisão, é porque estão conseguindo produzir melhor o senso comum, estão a comunicar sentidos e significados com maior eficácia.

Não pretendemos esgotar esta problemática (também não teríamos condições de fazê-lo imediatamente), mas contribuir com uma (necessária) reflexão sobre os modelos de comunicação utilizados para dialogar com os trabalhadores por parte da militância sindical, dos políticos de base progressista e dos acadêmicos intelectuais orgânicos (no sentido gramsciano) críticos sociais.

Nesta oportunidade, nos ocuparemos do termo “colaborador” no lugar do termo “empregado” ou “trabalhador” de uma firma.

A utilização de um significante, uma palavra já conhecida, em um novo contexto de significação, como é a introdução da palavra “colaborador” nas relações de trabalho não responde a um simples modismo.

“Colaborador” não é, na atual conjuntura de “guerra ao trabalho”, um significante vazio, ou seja, seu significado não é contingente ao contexto de uso. Do ponto de vista semântico, o significante “colaborador” pode ser continente de dois significados: um de conotações positivas, pertencente à dimensão simbólica; e outro de conotações negativas, pertencente à dimensão material das relações capital-trabalho. Na verdade, quando os *think tanks* (fábricas de ideias) da ordem neoliberal promovem a utilização do termo “colaborador”, eufemisticamente estão se referindo a um trabalhador precarizado, ou melhor, à negação das responsabilidades legais trabalhistas do empregador sobre o empregado, do capital sobre o trabalho, do mercado sobre os direitos.

Desde esta coluna, sustentamos que o primeiro significado (visível e publicizado) se impõe ao segundo (velado e silenciado), na forma de um eufemismo que suaviza uma realidade rude, que conforta a (comprometida) autoestima dos subalternos precarizados, que a faz mais palatável no convívio social. O sucesso do eufemismo neoliberal “colaborador” baseia-se na hegemonia da sua conotação positiva, no senso comum, da ação de colaborar. Quem colabora, facilita, melhora processos, alivia dificuldades, contribui, auxilia, coopera. Colaborar, em termos de uma atividade produtiva, significa trabalhar em ajuda mútua para que algo fique pronto ou seja realizado.

A colaboração, em alguns ambientes de trabalho, é reconhecidamente honorífica, como no caso dos colonistas colaboradores de uma mídia ou no caso das colaborações acadêmicas. Estes “colaboradores” não pertencem oficialmente ao quadro de colegas, mas são especialmente convidados a contribuir com alguma capacidade própria, com seu talento peculiar. Desvelando o véu do eufemismo, encontramos que o “colaborador” não é alguém chamado a desenvolver suas funções em um ambiente de trabalho decente, com garantias de direitos trabalhistas.

Pelo contrário, normalmente ingressa à equipe de trabalho de forma temporária, com data de validade já marcada.

Não lhe foi dada a honra de uma convocação em mérito por alguma singularidade ou capacidade próprias; apenas pela sua disposição para vender a sua força de trabalho sem reivindicações, conformado com aceitar as condições importas pelos contratantes.

Não há horizontalidade nenhuma nessa “ação mútua de cooperação” entre o trabalho e o capital.

Desvelado o eufemismo, o “colaborador” não é mais do que uma peça substituível, descartável, sem mais valor do que a sua peremptória utilidade. Coincidimos com os teóricos da crítica social que consideram que toda relação de dominação é acompanhada, de uma forma ou outra, de manifestações de resistência, de resiliência. Neste caso, é importante destacar que embora os trabalhadores precarizados tendem a reproduzir o eufemismo “colaborador” para caracterizar-se na relação de trabalho, ao mesmo tempo, referem-se ao contratante como “o patrão”. Com isto, a sua condição de subalterno volta à baila. A verticalidade ainda é percebida, consciente ou inconscientemente. Quem diz que tudo está perdido?

A emancipação sempre encontra alguma possibilidade de avançar. Mas há outras perplexidades pela frente, das quais nos ocuparemos nas próximas colunas: desvelar a situação de precariedade dos “colaboradores” não de um “patrão”, mas de si próprios através do eufemismo “empreendedor”, bem como os “colaboradores” explorados por aplicativos virtuais. Até lá! ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*